

Planalto pode fazer o Centrão rachar

"Em função de constantes interferências de figuras do Palácio do Planalto, o Centrão corre o risco de rachar. Principalmente se continuar a insistência de determinados companheiros, que têm interesses políticos vinculados ao Palácio", advertiu ontem, em São Paulo, o constituinte Guilherme Afif Domingos (PL-SP). Afif não admite que seus colegas usem o Centrão como "massa de manobra para a manutenção do status quo".

O deputado paulista fez essa advertência antes de retornar a Brasília, diante das notícias de que o procurador-geral da República, Saulo Ramos, estaria interferindo nas decisões do Centrão, através dos deputados Roberto Cardoso Alves e Daso Coimbra, ambos do PMDB. Segundo as notícias, Saulo Ramos estaria articulando com representantes do Centrão o mandato de cinco anos para o presidente José Sarney. Por isto, Afif, assim que desembarcou em Brasília, estava disposto a convocar uma reunião com representantes do Centrão, como Ricardo Fiúza, Luiz Eduardo Magalhães, José Lins e Bonifácio de Andrada, para que o grupo defenda unido as propostas iniciais do Centrão e também para enquadrar Cardoso Alves e Daso Coimbra.

"Deixamos bem claro quando fundamos o Centrão que matéria relativa a sistema de governo e mandato presidencial não estaria incluída nas articulações do grupo suprapartidário. Esse tipo de intervenção e manipulação cria constrangimentos com aqueles que doutrinariamente se ajustam com as idéias liberais, mas que politicamente não se aliam a um governo complacente com a corrupção", declarou Afif, acrescentando que "esses articuladores de prorrogação do status quo estão confundindo os interesses nacionais com os seus próprios interesses. Por que não utilizam idéias que façam fluir a Constituição para todos os assuntos de interesse da Nação brasileira, onde me parece que a permanência do atual governo está totalmente em confronto com o desejo nacional, como revelou a pesquisa que O Estado publicou domingo?", perguntou.

Afif deu o seguinte recado: "Se persistir esta manipulação haverá uma cisão irremediável e nós devemos responsabilizar os companheiros que desvirtuaram o planejamento inicial do Centrão e o possível fracasso da implantação no Brasil de um sistema que realmente liberte a Nação do jugo de um Estado totalitário e corrupto".



Amigos de Sarney estão no Centrão, diz Cardoso Alves

Votação antecipada já divide o grupo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A inversão de pauta para votação antecipada de mandato de governo e sistema presidencial não obteve consenso no Centrão. O líder do PFL, deputado José Lourenço (PFL-BA), entende que o grupo poderá começar a discutir o assunto se o governo fizer um ajuste no segundo e terceiro escalão a fim de que aqueles que são contra o presidente Sarney deixem seus cargos e deem lugar aos que o apóiam. Já o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE) acha que qualquer decisão sobre esse assunto só pode ser tomada depois de consulta a todos os integrantes do Centrão, porque houve acordo de cavalheiros de que este não seria objeto de discussão, embora pessoalmente seja favorável à inversão de pauta.

O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) lembrou que a gran-

de maioria dos amigos do presidente Sarney que defende os cinco anos de mandato está no Centrão. "Somos a favor de percorrer o caminho mais curto para se chegar ao final dos trabalhos e, se este caminho for a inversão de pauta, concordo com ele", declarou ele. O parlamentar paulista disse ainda que não acredita que este assunto possa provocar divisão do grupo. "Acho que a antecipação possibilitará uma grande decompressão para os constituintes, que poderão deliberar mais livremente sobre outros temas", prosseguiu. Para ele, a antecipação favorecerá a aprovação dos cinco anos de mandato.

O deputado José Lourenço acha que os cinco anos de mandato poderão ser aprovados "desde que o governo faça os ajustes necessários no segundo, terceiro e quarto escalão". Para garantir esta inversão, "basta votar uma preferência, e temos força para isso", afirmou o deputado.

Um acordo cada vez mais difícil

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Não houve acordo entre o Grupo dos 32 e o Centrão para a aprovação de pedidos em conjunto de destaque para as votações. A informação foi prestada pelo senador Virgílio Távora (PDS-CE) após explicar que cada grupo pedirá destaque para o texto que lhe interessa mas que com o desenrolar das votações as negociações prosseguem e talvez, então, se chegue a um consenso.

Muitos são os temas polêmicos que se encontram em discussão entre os dois grupos. Eles vão desde a reforma agrária à previdência social e questões referentes ao trabalhador. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) acha que ainda será possível se fechar questão em torno de alguns pontos, já que os dois grupos concordam em cerca de 70% dos temas.

Na questão da estabilidade continuam as negociações em relação ao texto e, principalmente, quanto ao valor da indenização a ser paga ao empregado dispensado sem justa causa, além do FGTS. As propostas variam de 20% a 50%, contra os 10% de multa que vigoram hoje. Segundo Sandra Cavalcanti, se for possível um acordo em 30% de multa sobre o valor do FGTS já será vantagem para o trabalhador. A proposta de Eraldo Tinoco (PFL-BA), do Centrão, é de que a multa seja de 40%. Ainda no capítulo referente aos direitos do trabalhador discutem-se a jornada de trabalho e o prazo de prescrição das reclamações dos trabalhadores. O direito de greve é outro motivo de discordância.

A reforma agrária também está em discussão. Um dos grandes problemas é que o Centrão não quer o pagamento de terras desapropriadas com títulos, do que o Grupo dos 32

discorda. Também no funcionamento do sistema de saúde no País os dois grupos divergem: o Centrão é contra a estatização, enquanto o Grupo dos 32 quer a implantação de um sistema unificado. A empresa nacional também será objeto de negociação entre os dois grupos, além da previdência social.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reúne-se hoje às 10 horas com lideranças partidárias para discussão dos critérios de votação do texto constitucional e da agilidade com a qual pretende encaminhar o processo de votação, com sessões nos finais de semana, feriados e recessos. Mas, ontem mesmo, os coordenadores do Centrão, reunidos com Ulysses, já se declararam contra a idéia, porque "até Deus descansou um dia depois de fazer o mundo", conforme afirmou o deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP).

Daso garante a maioria em plenário

AGÊNCIA ESTADO

O deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) informou, ontem em Brasília, que quando forem iniciados os trabalhos de votação em plenário, amanhã, o Centrão terá pelo menos 287 constituintes presentes, número suficiente para aprovar o preâmbulo do projeto de Constituição. Na quinta-feira, segundo explicou, pelo menos mais dez parlamentares já terão chegado a Brasília para que se dê prosseguimento aos trabalhos, dentro do que o grupo quer ver aprovado.

Daso Coimbra, que passou o dia se movimentando para a convocação dos parlamentares, disse que ontem 68 centristas chegaram a Brasília. No fim de semana, lembrou, chegaram 103 e, assim, hoje à noite será possível a realização de uma reunião para definir a estratégia de votação do grupo, já que os demais chegam na próxima quarta-feira.

Na reunião de hoje à noite o Centrão aproveitará também, segundo informou o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), para acertar arestas nos pontos em que possa não haver consenso. "Cada constituinte vai expor suas idéias e faremos uma análise global do texto, de forma a promover um ajuste para que a votação seja a menos polêmica possível, pois o nosso interesse é que os trabalhos sejam concluídos nos mais breves tempos", declarou Fiúza, acrescentando que a sua previsão é que a Constituição seja promulgada a 21 de abril.

CONTRA O CENTRÃO
O que deveria ser apenas uma passeata convocada pela Associação dos Aposentados do Paraná, no final da tarde de ontem, em Curitiba, acabou transformando-se num ato político contra o Centrão. Mais de três mil pessoas participaram da passeata com cartazes que anunciavam "procuram-se os traidores do povo".

A inversão da pauta, o tema da semana

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, disse ontem, após reunião com o presidente Sarney no Palácio da Alvorada, que esta semana será decisiva para as discussões sobre inversão ou não da pauta de votação no plenário. "Durante esta semana, com a presença de todos constituintes em Brasília, faremos reuniões sucessivas. Mas tudo dependerá de conversar com cada um dos constituintes, porque eles poderão resistir às decisões das lideranças", acrescentou o deputado.

Consciente de que a inversão da pauta, que anteciparia a votação dos temas polêmicos como sistema de governo e mandato do presidente Sarney, encontra resistência tanto de partidários do Centrão como da esquerda, o deputado Carlos Sant'Anna acredita que tudo agora dependerá de uma fórmula — seja requerimento ou projeto de resolução

— que possa obter 280 votos no plenário. Ele é de opinião que, se não for possível obter essa aprovação, o melhor é voltar à fórmula tradicional, votando os títulos e capítulos pela ordem.

"Quanto mais cedo decidir se será ou não invertida a pauta de votação, tanto melhor, porque, do contrário, o próprio processo da Constituição com suas emendas e destaques poderá impossibilitar as eleições este ano, como quer a esquerda", afirmou Carlos Sant'Anna, acrescentando que se estas questões polêmicas — duração de mandato e sistema de governo — não forem resolvidas logo, elas vão constituir ponto de embaraço para a evolução da votação em plenário.

O ministro-chefe do Gabinete Civil, Ronaldo Costa Couto, considera, no entanto, que toda esta discussão em torno da inversão da pauta está trazendo prejuízos administrativos para o País. "O governo precisa trabalhar com um horizonte definido", disse Costa Couto.

Sinais vermelhos

MENDES RIBEIRO

"Para alcançar a vitória é preciso acreditar nela."

Há dados estonteantes no MEC. O custo de um aluno, na Universidade de Brasília, é igual ao de duas salas de aulas com 50 estudantes no primeiro grau. Pelo penduricalho de empregos em que se transformou a Caixa Pública. Nas universidades federais, entre professores e funcionários, o número empata. Ou ganha o de funcionários e professores. Em alguns casos, como no Acre, muito longe.

Por quê? Pela má forma de fazer política oficializada no Brasil. Manter cargo eletivo ou posto no Executivo significa favorecer. Arrumar emprego. Pedir função gratificada e CO para amigos, compadres e familiares. Não negar o famoso jeitinho brasileiro, desviando qualquer empecilho no roteto da ilegalidade.

Falo a propósito de pedidos recebidos. Nada do anteriormente mencionado. As solicitações têm em mira vagas em colégios particulares. No-

tem em colégios particulares. Pagos. Muito bem pagos, grifo.

Tal é a demanda que contam de filas. E, ao fim, de negativas. Sobre gente. Faltam lugares.

Custei a acreditar. Ninguém falando em bolsas. Todos empenhados em conseguir matrícula. Pagar. Desejam, eis a explicação, a garantia do ano letivo respeitado. O calendário certo. Confiável.

Não levem, os maus caracteres da praça, o aqui posto, algo contra os professores. Há uma constatação a ser encarada pelas autoridades e pela coletividade. Da qual, por óbvio, não exceto — e nem posso — os mestres.

A conclusão é primária. Não há credibilidade.

Também neste particular — grifo também — sumiu a confiança.

Quem tem filho em estabelecimento público não sabe como planejar a vida.

Volta e meia, greve.

Greve, acenito, justia.

Quando os magistrados entendem de justiça protestar contra a defasagem salarial, como gritar imprópria, a parede de quem ganha menos de seis

mil cruzados para ensinar os futuros julgadores?

Entretanto, inevitável, a greve perturba a rotina da vida em sociedade. Não perturbase, perderia o poder de pressão. Não teria razão de ser. Somente por tirar cada um de seus costumes e fazer ver, pelo vazio, a utilidade do que não é pago à altura, se explica a greve.

Altingindo os objetivos, as paralisações incomodam os planos. No caso em tela, os reiterados confrontos dos professores com o Estado ironizaram inesperada corrida ao ensino particular onde, afirmam, o cumprimento do calendário ainda é confiável. Observem: ainda é.

Estamos, dia a dia, acompanhando a falta de confiança do cidadão nas autoridades constituídas. Faz pensar.

Parece-me cada vez mais próxima a hora da solução estúpida pelo golpe ou pela guerra civil. Cada um de nós tem de acordar para a realidade. Corremos o risco de amanhecer atraindo no vizinho ou recebendo ordem de prisão emanada do novo general instalado no poder.

Exagero?
Mendes Ribeiro é deputado constituinte do PMDB do Rio Grande do Sul



Arinos não quer definir mandato num clima conturbado

Arinos é contra a antecipação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

"Não acho boa a antecipação da votação do regime de governo e da duração do mandato presidencial que seriam definidos numa atmosfera muito conturbada. Seria melhor deixar para quando houve mais amadurecimento e mediação." A afirmativa é do presidente da Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte, Afonso Arinos, que vê, porém, "com apreensão a demora na conclusão de seus trabalhos".

Satisfeito com o projeto da Constituição "é bem melhor do que estão pensando e dizendo". Arinos é senador pela segunda vez (a primeira foi de 1962 a 1970) e não vê similitude entre os dois mandatos: "São diferentes. Não tenho sensação de tédio nem de repetição, e, sim, de desafio, de provocação".

Indagado se reduzir o mandato do presidente José Sarney para quatro anos seria discriminação, disse que não, porque também é contrário ao mandato de cinco anos de seus sucessores. Só admitiria votar os cinco anos para Sarney desde que o último ano fosse para acomodar a experiência presidencialista com a parlamentarista, para a transferência de regime. Ele também é contrário à reeleição presidencial: "Não acho boa. A não ser no caso de um grande presidente da República, no regime parlamentar. Por mim, oporei-me até o fim ao presidencialismo".

Ele volta a falar na antecipação da votação do mandato presidencial: "Votar o mandato é perigoso sem se conhecer antes o regime. A tradição histórica brasileira, vinda da Constituição de 1891, é pelo mandato de quatro anos. A tradição política, vinda do governo Dutra, é de cinco, o que sempre achei ruim".

Arinos não quis falar sobre a votação em bloco de artigos da futura Constituição, afirmando que "isso fica para o Ulysses, que é uma raposa de olhos azuis, resolver".

O senador fluminense não tem idéia de quando se encerrarão os trabalhos da Constituinte e não gosta de fazer previsões. Ele acha "irrelevante o atraso não por causa do desgaste, e, sim, porque gera apreensão. Lá fora a situação é grave. A demora na conclusão do texto constitucional agrava a pesada atmosfera econômica social e política".

Ele atribui muitas críticas ao projeto da nova Constituição "à invasão do elemento social no direito e na política. As questões sociais que, durante 20 anos, não puderam ser tratadas com liberdade inundam o panorama constituinte. Antigamente, as Constituições definiam, limitavam os poderes e sua inter-relação. Hoje, principalmente nos países em desenvolvimento, elas sofrem a invasão dos problemas sociais, a necessidade de abrigarem suas garantias em seu próprio texto".

Afonso Arinos não acredita na convocação de eleições gerais: "A proposta é um pouco provocativa. A eleição geral é representativa mas não é instrumento democrático, fácil de ser manejado. É muito difícil o deputado com oito e dez meses de mandato renunciar a ele".

Quando indagado se valeu a pena ter retornado ao Senado, para trabalhar na elaboração da nova Carta, ele, inicialmente, faz reparos à própria pergunta: "A expressão usual portuguesa 'valer a pena' não corresponde ao sentimento que nutro em relação à experiência. Não é uma pena nem tive preocupação que ela valesse nem mesmo biogrficamente porque, na minha idade, não mais me preocupo em acumular títulos. Na trajetória de minha vida pública, não existe repetição. Todas as coisas que ocorrem são novas. Este mandato não me dá idéia de repetição, por isso é estimulante. Não repete nada. Trata-se de experiência diversa. Em suma é diferente. Não tenho sensação de tédio, e, sim, de desafio, de provocação".

E Maciel acha impossível

RECIFE
AGÊNCIA ESTADO

O senador e presidente do PFL, Marco Maciel, não acredita "de jeito nenhum mesmo" na inversão da pauta da Constituinte, votando primeiro a duração de mandato do presidente Sarney para depois decidir sobre o sistema de governo. Outra tese em que não confia, apesar de reconhecer seu crescimento, é a da "empolgação pelos cinco anos de mandato para o presidente". As declarações foram feitas ontem, em Recife, pelo senador Marco Maciel.

Maciel também se mostrou preocupado com o desgaste que os políticos estão sofrendo devido ao ritmo "tartaruga" da Constituinte, afirmando que "ninguém sabe quanto os políticos estão sofrendo com isso, pois o povo já está pensando que eles não são capazes de decidir nada". O presidente do PFL defendeu a liberdade de pensamento dentro do seu partido, embora reconheça a solidão imposta pela defesa das eleições presidenciais para este ano: "Não posso é pressionar ninguém, respeito as opiniões".